

Jurisprudência professoral: o que dizem os professores sobre as dificuldades de aprendizagem dos estudantes da rede pública de ensino em Santa Catarina

*Marcos Rogério dos Santos**

*Jourdan Linder-Silva***

Resumo

As reflexões de Pierre Bourdieu a respeito do “juízo professoral” e dos processos de nomeação, nos conduzem a analisar as percepções dos professores sobre dificuldades de aprendizagem dos estudantes. Utilizamos como fonte de dados 22.356 questionários respondidos por professores das escolas públicas de Santa Catarina, participantes das edições 2007 e 2011 da Prova Brasil. Os resultados analisados derivam de um bloco de 10 questões, as quais, contemplam: infraestrutura física e/ou pedagógica, conteúdos curriculares, insegurança física, não-cumprimento do conteúdo curricular, baixo salário dos professores, meio em que o aluno vive, nível cultural dos pais, e outros. Um conjunto de fatores, que segundo a literatura do campo educacional pode interferir no processo de aprendizagem dos estudantes. Em termos metodológicos os dados foram processados com auxílio do software estatístico SPSS, tivemos como fundamentação teórica autores do campo da Sociologia da Educação. As considerações destacam que o quadro de respostas analisadas indica atribuição a fatores externos a escola a responsabilidade pela promoção de dificuldades de aprendizagem.

Palavras chave: Dificuldades de Aprendizagem, Prova Brasil, Juízo Professoral.

* Mestrando em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. E-mail: marcospiquiri@yahoo.com.br

** Mestrando em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. E-mail: jourdanlinder@yahoo.com.br

Teacher's jurisprudence: what teachers say about the difficulties of learning students of public education in Santa Catarina state

Jurisprudencia profesoral: lo que dicen los maestros sobre las dificultades de aprendizaje de los estudiantes de educación pública en el estado de Santa Catarina

Abstract

Pierre Bourdieu's reflections on the "teacher's judgment" and nomination processes, lead us to seek in this article to analyze the perceptions of teachers about learning difficulties of students. We used as a data source 22,356 questionnaires completed by teachers in public schools in Santa Catarina, participants of the 2007 and 2011 editions of "Prova Brasil". The analyzed results are derived from a set of 10 questions, which, include: physical and / or pedagogical infrastructure, curriculum content, physical insecurity, non-fulfilment of curricular content, low teacher salaries, the social environment where the student lives, cultural levels of parents, and others. A set of factors, which according to the literature of the educational field can interfere with students' learning process. In methodological terms the data were processed with the SPSS statistical software, we use as theoretical framework the authors in the area of Sociology of Education. The considerations highlight the frame-analyzed responses indicates attribution to external factors the school the responsibility for promoting learning difficulties.

Keywords: Learning Difficulties, "Prova Brasil", Teacher's Judgment.

Resumen

Reflexiones de Pierre Bourdieu sobre el "juicio profesoral" y el proceso de nombrar, nos llevan a escribir este artículo sobre las percepciones que los docentes tienen sobre las dificultades de aprendizaje de los estudiantes. Se utiliza como una fuente de datos 22.356 cuestionarios completados por los profesores en las escuelas públicas de Santa Catarina, que participó en las ediciones de la "Prova Brasil" 2007 y 2011. Los resultados analizados se derivan de un conjunto de 10 preguntas, las cuales, incluyen: infraestructura física y/o educativa, contenidos curriculares, la inseguridad física, falta de cumplimiento de los contenidos curriculares, los bajos salarios de los maestros, el medio en el que vive el estudiante, nivel cultural de los padres y otros. Un conjunto de factores, que de acuerdo a la literatura del ámbito educativo puede interferir con el proceso de aprendizaje de los estudiantes. En términos metodológicos los datos fueron procesados con el programa estadístico SPSS, utilizamos como base teórica los autores en el campo de la Sociología de la Educación. Consideraciones mostraron que las respuestas analizadas por nosotros indica atribución a factores externos a la escuela la responsabilidad de promover las dificultades de aprendizaje.

Palabras clave: Dificultades de Aprendizaje, "Prova Brasil", Juicio Profesoral.

Introdução

Ao voltar o olhar para o *modus operandi*, para as relações que se estabelecem no espaço escolar, podemos à luz da perspectiva bourdieusiana, analisar e desvelar o papel das operações sociais de nomeação, de discurso, de juízo professoral propagado no ambiente escolar. Neste sentido, a escola pode ser pensada como um espaço perpassado por modos de dominação, de ritos institucionais, de estabelecimento de sentenças.

A palavra passa a ocupar um lugar de destaque no ambiente escolar, é uma ferramenta amplamente utilizada pelo docente que é investido de uma autoridade legitimada, pois, ele já passou pela linha que o permite ser possuidor de um diploma e agora ocupa uma posição de distinção frente aos estudantes.

Neste sentido, o ambiente escolar se constitui num *locus* repleto de possibilidades de análises. É diante deste quadro que nos dispomos a construir esse estudo, cujo objetivo central é analisar o conjunto de respostas dos professores participantes da edição 2007 e 2011 da Prova Brasil acerca das dificuldades de aprendizagem dos estudantes do 5º ao 9º ano do ensino fundamental matriculados na rede pública de Santa Catarina. Para a realização deste estudo, elegemos a seguinte questão norteadora: de acordo com o que foi assinalado pelos professores, quais os principais fatores que podem interferir no processo aprendizagem dos estudantes em Santa Catarina?

Para tentar responder a essa pergunta, utilizamos neste estudo as informações declaradas pelos professores do Ensino Fundamental ao questionário professor das edições 2007 e 2011 da Prova Brasil. A construção desta análise tem como fonte a grande base de dados da Prova Brasil (INEP). Limitamo-nos aos resultados dos dados compilados do estado de Santa Catarina, os

quais contemplam um universo de 22.356 questionários que foram respondidos por 11.240 professores em 2011 e 11.534 em 2007, de um total de 1.116 escolas públicas, localizadas em 287 municípios catarinenses participantes da Prova Brasil. Uma amostra cujas proporções conferem um amplo poder de validade estatística para este estudo.

Em termos metodológicos os dados foram processados com auxílio do software estatístico SPSS, uma ferramenta que vem sendo amplamente utilizada por pesquisadores de distintos campos de saberes para elaboração de pesquisas quantitativas. Com base nas questões extraídas do questionário "PROFESSORES" foram produzidas frequências descritivas e cruzamentos, os quais serão apresentados por meio de gráficos e tabelas ao longo do texto.

Composto por 117 questões, o questionário "PROFESSOR" da Prova Brasil produz um amplo banco de dados, perfazendo questões referentes demografia do professor, trajetória escolar, formação continuada, política trabalhista, prática pedagógica, violência na escola, contra escola, da escola, e dificuldade de aprendizagem dos estudantes. Um uma variedade de itens que desempenham o papel de oferecer fatores explicativos contextuais para a modelagem que caracterizam o perfil sociodemográfico do professor, sua formação e fatores relacionados ao universo escolar. Para melhor visualizar o conjunto de itens do questionário "PROFESSOR" que serão trabalhados, transcrevemos na tabela número 1 o bloco de questões referentes às dificuldades de aprendizagem dos estudantes.

As questões vêm precedidas do seguinte enunciado: "Algumas afirmações são usadas para explicar as dificuldades de aprendizagem dos alunos. Assinale sua posição, considerando a situação dos alunos da(s) série(s) avaliada(s)".

Tabela 1: Quadro de questões sobre dificuldades de aprendizagem

	Concordo	Discordo
46. São localizadas na escola devido à carência de infraestrutura física e/ou pedagógica.	(A)	(B)
47. Estão relacionadas aos conteúdos curriculares, que são inadequados às necessidades dos alunos.	(A)	(B)
48. São decorrentes do ambiente de insegurança física da escola.	(A)	(B)
49. Encontram-se na escola, que oferece poucas oportunidades de desenvolvimento das capacidades intelectuais do aluno.	(A)	(B)
50. Estão relacionadas ao não-cumprimento do conteúdo curricular.	(A)	(B)
51. Relacionam-se à sobrecarga de trabalho do (as) professores(as), dificultando o planejamento e o preparo das aulas.	(A)	(B)
52. Ocorrem devido ao baixo salário dos professores, que gera insatisfação e desestímulo para a atividade docente.	(A)	(B)
53. São decorrentes do meio em que o aluno vive.	(A)	(B)
54. São decorrentes do nível cultural dos pais dos alunos.	(A)	(B)
55. Estão relacionadas à falta de assistência e acompanhamento da família nos deveres de casa e pesquisas dos alunos.	(A)	(B)

Fonte: Questionário Professor da Prova Brasil 2011

As 10 questões selecionadas, compõem o quadro que evidencia os construtos que foram investigados, considerando o total de respostas declaradas pelos professores para cada questão.

Embora, o conjunto de variáveis seja amplo, não é possível inferir que as dificuldades de aprendizagem se limitem ao efeito das variáveis aqui analisadas, ao mesmo tempo, vale considerar que as reflexões preconizadas por distintos autores do campo da Pedagogia e Sociologia da Educação, entre os quais, Patto (1991), Bourdieu e Passeron (1998), Nogueira e Nogueira (2002), Dubet (2004), Pinto (2002), Charlot (2006) contribuem para o reconhecimento de que alguns desses fatores têm impacto no desempenho educacional dos estudantes.

Neste sentido, nos deparamos com a importância e relevância de se estudar “dificuldades de aprendizagem”, haja vista que estamos pesquisando percepções de professores que atuam num modelo de escola característico das sociedades democráticas, as quais, segundo Dubet (2004, p. 541), elegeram convictamente o mérito como um princípio essencial de justiça, no qual a escola é con-

siderada justa, pois todos os que nela adentram podem obter sucesso à medida que se esforcem. Esta concepção foi preconizada num período histórico em que se difundiu o advento de uma sociedade aberta e democrática, na qual o acesso ao sistema de ensino público e gratuito possibilitaria igualdades de oportunidades, de modo que os

indivíduos competiriam dentro do sistema de ensino, em condições iguais, e aqueles que se destacassem por seus dons individuais seriam levados, por uma questão de justiça, a avançar em suas carreiras escolares e, posteriormente, a ocupar as posições superiores na hierarquia social. (NOGUEIRA; NOGUEIRA, 2002, p. 16).

Se analisado a partir de uma perspectiva formal, esse modelo de escola, além de possibilitar o acesso aos bancos escolares e ao ensino gratuito, permite também que todos os estudantes, em princípio, visem não só à excelência, mas também às áreas de maior prestígio, todavia, “desde que autorizados por seus resultados escolares” (DUBET, 2004, p. 542). Nessa perspectiva, a aprendizagem e o bom desempenho do estudante nas distintas modalidades de avaliação se constituem força motriz capaz de possibilitar a progressão na trajetória escolar e, conseqüentemente, em outras esferas da sociedade. Assim, “os estudantes “vencidos”, os que fracassam, não são mais vistos como vítimas de uma injustiça social e sim como responsáveis por seu fracasso, pois a escola lhes deu, *a priori*, todas as chances para ter sucesso como os outros” (DUBET, 2004, p. 543). A começar pela oportunidade de acesso ao interior do sistema de ensino, no qual todos passam a ser vistos sob um mesmo prisma, independentemente de sua realidade externa a este sistema.

Uma vez discutida a importância de se debruçar sobre a temática em questão, o passo seguinte é analisar as percepções dos professores acerca das questões escolhidas para esse estudo. Para uma melhor distribuição e análise, será atribuído um subtítulo para cada conjunto de gráficos correspondentes.

O resultado das atribuições proferidas pelos professores certamente poderá contribuir com as discussões a respeito dos processos de naturalização dos discursos professorais que emergem do universo escolar, a partir das reflexões de Bourdieu (1998).

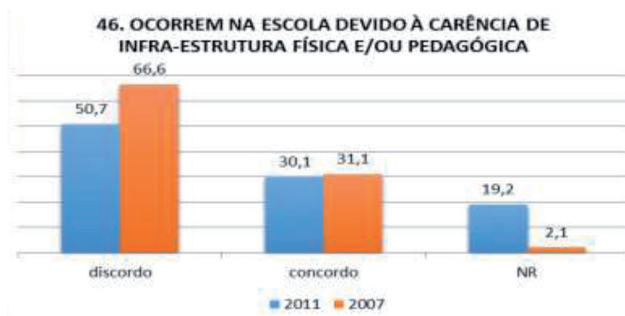
Analisando a produção do campo educacional brasileiro, nota-se que a atenção dos pesquisadores de distintos campos de saberes tem contribuído para um olhar crítico em face da escolarização, da compreensão das particularidades referentes aos distintos fenômenos escolares, das dificuldades de aprendizagem. Contudo, poucos trabalhos têm considerado a possibilidade de analisar grandes bases de dados, de traçar um mapa educacional de um amplo espaço geográfico, de considerar um número significativo de variáveis que dizem respeito as declarações dos distintos sujeitos que agem e interagem no contexto escolar. As lacunas citadas contribuem para o reconhecimento da relevância do presente estudo. Possuímos o intento de, através de nossa análise, desvelar os mecanismos que podem corroborar com as dificuldades de aprendizagem, e com a existência e perpetuação do fracasso escolar.

Percepção dos professores sobre as interferências do espaço escolar no ensino aprendizagem

Os resultados apresentados ao longo desta seção derivam do conjunto de respostas dos professores acerca das questões que tem ligação direta com o intramuros da escola e que podem contribuir ou não para o processo de aprendizagem.

O gráfico 1 apresenta os resultados decorrentes da questão 46: “As dificuldades de aprendizagem ocorrem na escola devido à carência de infraestrutura física ou /pedagógica”, os quais ficaram distribuídos da seguinte forma:

Gráfico 1 – Dificuldade de aprendizagem versus carência de infraestrutura física e/ou pedagógica



Fonte: Prova Brasil 2007/2011.

Como é possível perceber, o conjunto de respostas atribuídas para a questão em tela, apresenta percentuais distintos. Se em 2007 apenas 2,1% dos professores não atribuíram resposta à pergunta, em 2011, o percentual subiu para 19,2% de não respondentes, uma oscilação que também se estende para o quadro daqueles que assinalaram o item: “discordo”, no entanto, com resultados mais expressivos sendo 50,7% para primeira e 66,6% para edição mais recente. Já entre os professores que declaram: “concordo” os resultados apresentam-se aproximados, com apenas 1% de diferença no conjunto de percepções. O exposto evidencia que houve uma diminuição de 16,1% no conjunto de respostas dos professores entre 2007 e 2011, os quais declararam não concordar com a influência da carência de infraestrutura física e pedagógica no processo de aprendizagem dos alunos.

A segunda questão, que diz respeito a fatores internos da escola, corresponde a um dos principais elementos para aprendizagem e formação dos estudantes, a saber, conteúdos e currículos inadequados às necessidades do corpo discente. As atribuições dos professores para cada item desta questão resultaram num quadro com significativas variações, conforme apresentado no gráfico 2.

Gráfico 2 – Dificuldade de aprendizagem versus questões curriculares inadequadas



Fonte: Prova Brasil 2007/2011

As atribuições apresentadas para cada item da questão anteposta apresentam somas variadas, a começar pelos professores que assinalaram o item “discordo”. É possível perceber que existe certo equilíbrio entre aqueles que

não acreditam na existência de conteúdos curriculares inadequados às necessidades dos estudantes, tanto em 2007 como em 2011 mais de 65% dos docentes refutaram essa possibilidade. Já em relação ao item “concordo” 13,7% em 2011 e 20% em 2007 assinalaram esta declaração.

A maior diferença de resposta entre as duas edições tem relação com o número de professores que optaram por não responder a referida questão, se em 2011 19,1% não responderam, em 2007, esse percentual caiu para 2,6%. Portanto, em relação aos conteúdos curriculares considerados inadequados a soma dos percentuais de respostas apresentou uma tendência ao não reconhecimento desse fator como sendo impactante no processo de aprendizagem. O passo seguinte seria então analisar o total de repostas atribuídas à questão de nº de 50, a qual, tem relação com cumprimento do conteúdo escolar, os resultados então expostos no gráfico 3.

Gráfico 3 – Dificuldade de aprendizagem versus cumprimento do conteúdo curricular



Fonte: Prova Brasil 2007/2011

A diferença na soma das respostas atribuídas a cada item, revelam que 72,4% dos professores em 2011 e 85,6% na edição de 2007 declaram “discordo” para interferência do conteúdo curricular no processo de aprendizagem. Uma adesão superior a 70% nas duas edições, o que parece fazer sentido, sobretudo, por se tratar do cumprimento do conteúdo curricular. Na contramão, 8,5% e 12% nos respectivos anos, manifestaram-se favoráveis aos efeitos do cumprimento curricular na aprendizagem dos alunos. Entre os que não responderam a questão, houve uma significativa variação, com aumento da participação dos professores na Prova Brasil de 2007.

A seguir as análises se voltam para duas questões que também estão ligadas para o ambiente interno da escola. Na pergunta de nº 49, os professores tiveram a oportunidade de declarar se a dificuldade de aprendizagem pode ou não estar relacionada ao fato da escola oferecer poucas oportunidades de desenvolvimento das capacidades intelectuais do aluno. A soma das percepções declaradas resultou no gráfico a seguir:

Gráfico 4 – Dificuldades de aprendizagem versus poucas oportunidades de desenvolvimento das capacidades intelectuais dos alunos



Fonte: Prova Brasil 2007/2011

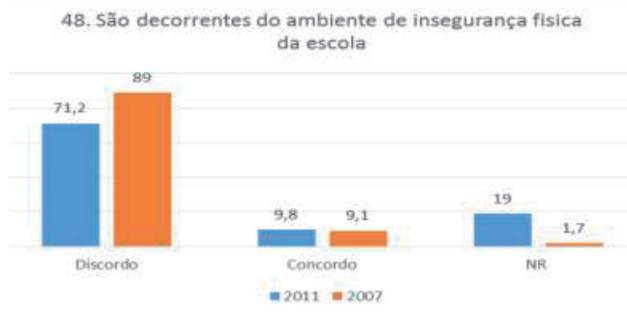
Assim como nas análises anteriores, o gráfico 4 apresenta um alto índice de docentes que assinalaram o item “discordo” 64,6% dos professores na edição de 2011 e 77,3% em 2007 posicionaram-se contrários ao fato da escola não oferecer oportunidades de desenvolvimento das capacidades intelectuais. Em contra partida, apenas 16,3% e 18,5% nos respectivos anos declaram concordar com a referente afirmação. Nesse interim, as declarações evidenciam o fato dos professores julgarem que a escola propicia aos alunos um ambiente favorável ao desenvolvimento das capacidades intelectuais. Assim como nos quadros anteriores, a participação do número de docentes tem sido bem mais significativa em 2007 se comparado a 2011.

Por fim, as análises se voltam para última questão que diz respeito ao ambiente interno da escola, a de nº 48. Esta possibilita o reconhecimento do impacto do ambiente de insegurança física da escola, no processo de aprendizagem do aluno. Convém destacar que, ao longo da última década, um número expressivo de trabalhos acerca de práticas de violência na escola, contra escola

e na escola contribuíram para o reconhecimento de que o espaço interno da instituição escolar tem passado por significativas transformações. O ambiente seguro de outrora passa a ser considerado um ambiente de insegurança. O estudo intitulado: *Violência Extra e Intramuros da escola*, produzido pela pesquisadora Alba Zaluar e Cristina Leal (1998), pode ser considerado como sendo uma das principais referências para se compreender as transformações que contribuíram para transformar o ambiente escolar em um espaço inseguro.

Neste sentido, as respostas dos 22.356 questionários, em destaque no gráfico 5, apresentam-se como sendo extremamente relevantes, uma vez que o quadro é composto por respostas que foram atribuídas por profissionais que interagem com os distintos sujeitos do ambiente escolar e, sobretudo, acompanham e avaliam os resultados da relação ensino aprendizagem no cotidiano da escola, o que possibilita medir e tecer informações sobre o impacto ou não da insegurança física no processo de aprendizagem.

Gráfico 5 – Dificuldade de aprendizagem versus ambiente de insegurança física da escola



Fonte: Prova Brasil 2007/2011

Com base nas atribuições ao item “discordo” é possível perceber que a soma das respostas dos professores totalizaram 71,2% em 2011, e 89% em 2007. Isto é, estes docentes discordam que a insegurança existente no espaço escolar em que atuam possa comprometer a aprendizagem dos alunos, seguido respectivamente por 9,8% e 9,1% que assinalaram sim para possíveis interferências no aprendizado.

O alto percentual de respostas marcadas no item “discordo”, contrapõe as reflexões preconizadas por Debardeux (2002), Bernard Charlot (2002) e Abramovay (2005) autores que, ao versarem sobre insegurança no ambiente escolar, abordam,

entre outros, os efeitos psicológicos que um contexto inseguro pode acarretar aos alunos, contribuindo para produção de repetência, abandono escolar, queda de rendimento e, conseqüentemente, práticas de violência.

O resultado do quadro anteposto permite pensar em algumas hipóteses: será que o nível de insegurança nas escolas públicas de ensino fundamental é insignificante a ponto de não interferir na aprendizagem dos alunos? Será que os professores que assinalaram o item “discordo” estavam equivocados? Será que ao longo dos últimos anos foram implantadas políticas educacionais voltadas para combater a insegurança física das escolas catarinenses?

São questionamentos que demandam outros estudos, outras análises. Chama atenção à preponderância, tanto em 2007 com aumento em 2011, da declaração de que a insegurança física não impacta o aprendizado, por parte dos professores.

A medida que avançamos na análise do quadro de respostas atribuídas as perguntas relacionadas à parte pedagógica ou estrutural da escola, é possível perceber certo equilíbrio, com destaque para a grande incidência da opção “discordo”.

Se até o momento as análises estavam voltadas para fatores ligados diretamente ao interior da escola, a partir de agora, o estudo se volta a interpretação de outras variáveis que segundo a literatura do campo educacional podem interferir no processo de aprendizagem.

A sobrecarga de trabalho dos professores e o baixo salário podem interferir na aprendizagem dos estudantes?

Ao longo desta seção serão analisadas as questões 51 e 52, a primeira contempla a sobrecarga de trabalho dos professores, dificuldade no planejamento e o preparo das aulas, enquanto que a segunda, se refere a questão salarial que poder gerar insatisfação e desestímulo para atividade docente. Será que esses fatores podem ter interferência na aprendizagem dos estudantes? A soma das respostas correspondem a cada questão resultaram nos resultados apresentados a seguir. A começar pelo gráfico 6:

Gráfico 6 – Dificuldades de aprendizagem *versus* sobrecarga de trabalho dos professores



Fonte: Prova Brasil 2007/2011

Se nos gráficos apresentados anteriormente as somas estavam em grande medida concentradas na opção “discordo”, a questão 51 apresenta um quadro de respostas menos concentrado. Pela primeira vez foi possível encontrar percentuais maiores de respostas reconhecendo que a questão em destaque pode interferir no aprendizado dos alunos. Como é possível perceber em 2011 42,7% e em 2007 53,5% dos professores assinalaram não para referida questão, enquanto que 38,2% e 44, % deles declaram sim, “concordo”.

Seguindo uma perspectiva de resultado semelhante a questão nº 52 apresenta um quadro de significativa distribuição entre as respostas: “concordo” e “discordo”, segundo as somas apresentadas no gráfico nº 7.

Gráfico 7 – Dificuldades de aprendizagem *versus* baixo salário dos professores



Fonte: Prova Brasil 2007/2011

Se entre os que responderam sim, na edição de 2007 e 2011 para a referida questão, a diferença é de apenas 2,6%, com um total de 35,5% em 2011 e 37% em 2007, o mesmo não se pode dizer da soma das respostas correspondente a opção “discordo”, uma vez que na primeira edição 59% dos professores assinalaram sim para a influência no processo de aprendizagem, seguido de 45,3%

em 2011, perfazendo 14,3% de diferenças entre as percepções apresentadas em cada edição. Nota-se que tem ocorrido uma aproximação nas atribuições para questão “não respondeu”, a variação do quadro de respostas é muito maior na edição de 2007 do que na da de 2011.

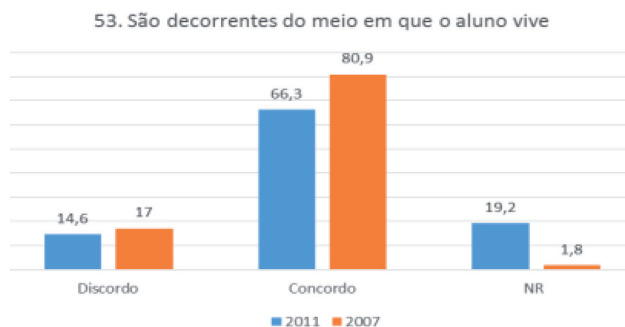
As questões analisadas até o momento contemplam fatores que podem interferir diretamente ou não no processo de aprendizagem dos alunos. A partir de agora as análises se voltam para as perguntas mais específicas ao contexto do aluno e as possíveis interferências desses fatores no processo de aprendizagem.

Fatores relacionados ao meio e ao nível cultural dos pais interferem na aprendizagem dos alunos?

Ao longo desta seção apresentaremos os resultados das percepções dos professores acerca das questões que, estão diretamente correlacionados ao meio social em que os alunos vivem, ao nível cultural dos pais, ao acompanhamento dos pais nas tarefas escolares e pesquisa dos alunos. Um conjunto de variáveis que, se forem consideradas, segundo a perspectiva de Bourdieu (2013) podem contribuir para o acúmulo de capitais cultural e social do estudante e resultar em capital escolar, o que conseqüentemente poderá ter ligação direta com o desempenho estudantil.

As somas das respostas resultante da questão 53, a qual indaga se o desempenho escolar é decorrente do meio em que o estudante vive, resultaram nas somas exibidas no gráfico a seguir.

Gráfico 8 – Dificuldade de aprendizagem *versus* meio em que o aluno vive



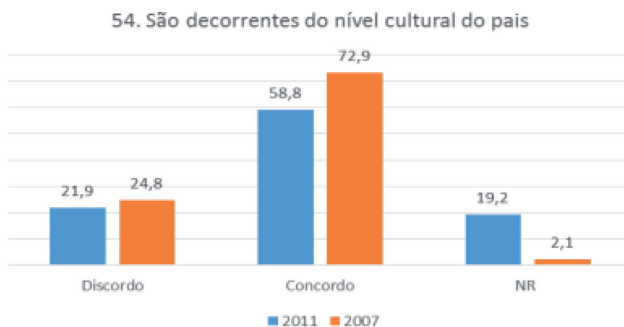
Fonte: Prova Brasil 2007/2011

No que diz respeito as influências decorrentes do meio em que o estudante vive, as percepções dos professores ficaram distribuídas da seguinte forma, 66,3% em 2011 e 80,9% em 2007 assinalaram “concordo” para questão em tela, ou seja, acreditam que o meio exerce influência sobre o desempenho escolar do estudante. Na contramão desse posicionamento, o conjunto de respostas “discordo” foi relativamente aproximado, 14,6% e 17% são os respectivos percentuais decorrente das duas edições analisadas. Apresentado oscilações semelhantes aos outros quadros analisados o grupo de não respondentes apresenta uma pequena variação na edição de 2007.

Ao nos voltarmos para análise das percepções referentes à influência ou não do nível cultural dos pais no desempenho dos alunos, recordamos que para Bourdieu (2010) o desempenho do estudante pode ter como elemento determinante a herança familiar sob forma de capital cultural transmitido. Nesse interim, os resultados obtidos ao longo da trajetória escolar, inclusive nos níveis mais altos de escolarização como o ensino superior, estão relacionados às propriedades culturais que são transmitidas pela família.

Mas, o que pensam os professores a esse respeito? O gráfico 9, a seguir, evidencia o conjunto de respostas referentes a influência ou não do nível de cultura dos pais no desempenho de seus filhos.

Gráfico 9 – Dificuldade de aprendizagem *versus* nível cultural dos pais ou responsáveis



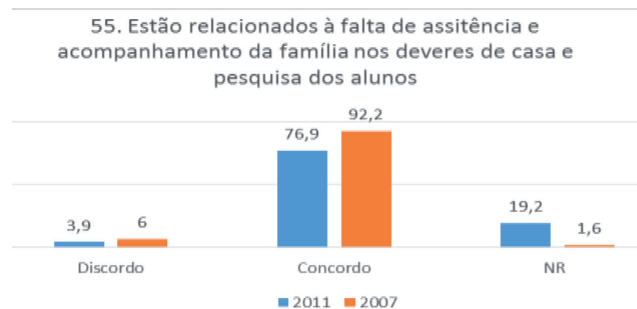
Fonte: Prova Brasil 2007/2011

Na soma equivalente a cada item assinalado, destacamos que em 2007, 72,9% e 2011, 58,8% dos professores

participantes da Prova Brasil, em Santa Catarina, declararam concordar com a influência do nível cultural dos pais no aprendizado dos alunos. Sendo que nos respectivos anos apenas 21,9% e 24,8% refutaram a possibilidade de influência. Como é possível reconhecer, mais de 50% dos professores concordam que nível de escolaridade dos pais pode interferir no aprendizado dos alunos.

Uma outra pergunta respondida pelos professores, questiona se a falta de assistência e acompanhamento da família nos deveres de cada e pesquisa, interfere no desempenho escolar. Como é possível perceber nas somas distribuídas no gráfico 10, as respostas dos professores convergem em grande medida para um único item.

Gráfico 10 – Dificuldades de aprendizagem dos alunos *versus* falta de assistência e acompanhamento da família nos deveres de casa e pesquisas dos alunos



Fonte: Prova Brasil 2007/2011

De todos os resultados analisados até o momento, nenhum foi tão expressivo quanto o percentual atribuído ao item “concordo” da questão anteposta. 92,2 % dos professores participantes da edição 2007, e 76,9% da edição 2011 declaram que concordam com tal inferência.

Com base no que foi apresentado nas questões 54 e 55, é possível reconhecer que

[...] se as vantagens ou desvantagens sociais pesam tão fortemente sobre as carreiras escolares e, geralmente, sobre toda vida cultural, é porque, de forma percebida ou despercebida, elas são sempre cumulativas (Bourdieu e Passeron, 2014. p. 42).

Neste sentido, é possível reconhecer que o baixo nível cultural dos pais compromete o auxílio nas atividades

dos estudantes que, conseqüentemente, não conseguem acumular capital social e escolar suficiente para o desenvolvimento do processo de aprendizagem na escola. Uma prática que parece se estender de pais para filhos e assim sucessivamente.

Os posicionamentos dos docentes evidenciados até aqui, através de suas respostas ao questionário da Prova Brasil, nos levam a ponderar sobre o possível desenvolvimento de estigmas referentes aos estudantes. Estes estigmas podem transformar-se em “decretos” que definem que aprenderá ou não, antes mesmo que o processo de ensino se inicie. Há que se refletir a respeito da infinidade de conseqüências que os atos categorização podem gerar no meio escolar, pois segundo Bourdieu (1998) se eles são exercidos por uma autoridade, exercem por si só um poder. Este sociólogo afirma que discursos performativos ao instituírem, consagram, sancionam e santificam um estado de coisas, uma ordem estabelecida, mas também impõe limites.

O ato de instituição [...] notifica a alguém sua identidade, quer no sentido de que ele a exprime e a impõe perante todos (*‘kategoresthai’* significa, originalmente, acusar publicamente), quer notificando-lhe assim com autoridade o que esse alguém é o que deve ser. (BOURDIEU, 1998, p. 101).

Acreditamos que ao traçar a linha entre o que pode ou não interferir no processo de aprendizagem no meio escolar, o professor pode suscitar relações conflituosas entre os estudantes, no sentido de evidenciar o *possível destino* dos eleitos, que dominarão os excluídos. Essas categorizações parecem tentar ‘colocar cada estudante em seu devido lugar’. Este processo estabelece assim, o que Bourdieu (1998) chamaria de fronteiras mágicas que impedem que os de dentro, do lado bom da linha a ultrapassem e se desclassifiquem, desencorajando a tentação da transgressão, da deserção, da demissão. O que nos parece atrativo aos eleitos quando vislumbram a nomeação dos excluídos. Neste processo fator importante a ser considerado é o da inculcação e da incorporação sob forma de *habitus* desta natureza social naturalizada. Isto faz com que os estudantes acreditem que possuem uma justificação para existir, ou melhor, que sua existência serve para alguma coisa. Não só os eleitos,

mas os excluídos também acabam aceitando sua posição do outro lado da linha (BOURDIEU, 1998).

Uma reflexão que poderia vir ao encontro da pontuada até agora é o conceito de “efeito pigmalião” proposto por Rosenthal e Jacobson (*apud* EARP, 2008), que consiste em afirmar que as expectativas positivas dos docentes estimulam os discentes, e as baixas expectativas podem provocar o fracasso. Neste sentido, as nomeações ou discursos performativos teriam certa responsabilidade pelo fracasso escolar, ou tentando aprofundar ainda mais a análise: o fracasso escolar pode ser fruto de um processo arbitrário dirigido por um agente possuidor de capital simbólico, que neste caso muito provavelmente é o professor.

Considerações finais

As considerações apresentadas ao longo do texto trazem à tona algumas discussões já debatidas pela literatura do campo educacional. Todavia, a abrangência da pesquisa, o número de fatores contemplados, a visibilidade social, contribui para o reconhecimento da relevância desse estudo.

Entrementes, ponderamos que o desenvolvimento de uma pesquisa de larga escala não permite cumprir com exatidão de dados, de informações o resgate de subjetividades dos fenômenos, de significados e que podem contribuir para a produção e a reprodução de determinados fenômenos sociais. Os resultados de uma pesquisa desta natureza indicam a proporção dos fenômenos e os estudos comparativos dos dados e possibilitam, a partir de uma sustentação teórica, produzir hipóteses para, *a posteriori*, cogitar a possibilidade de inferir diferentes metodologias de pesquisas, diferentes recortes cronológicos, geográficos, entre outros.

As análises comparativas desenvolvidas a partir do conjunto de respostas dos professores participantes das edições 2007 e 2011 da Prova Brasil indicam que a escola ainda é considerada isenta no que diz respeito a dificuldade de aprendizagem dos estudantes. Apenas questões referentes a sobrecarga de trabalho e baixo salário apresentaram um quadro de percepções acima de 30% favoráveis ao reconhecimento desses fatores como sendo capaz de impactar na aprendizagem estudantil.

De acordo com a percepção dos professores, a tríade: família, estudante e meio social concentra grande parte dos fatores recorrentes para promoção das dificuldades de aprendizagem. Ao ponto que nem mesmo o clima de insegurança física da escola pode, segundo um grande percentual de professores, impactar na aprendizagem dos alunos.

No quadro das implicações mútuas do projeto moderno e democrático de escolarização para todos ainda sobressai, segundo os professores participantes das edições da Prova Brasil analisadas, fatores externos a escola como sendo os grandes responsáveis pela promoção de dificuldade de aprendizagem.

Referências

- ABRAMOWAY, M. **Cotidiano das escolas entre violências**. Brasília: Unesco, 2005.
- BOURDIEU, P. **A economia das trocas linguísticas: o que falar quer dizer**. São Paulo: Edusp, 1998.
- BOURDIEU, P. **A produção da crença: contribuição para uma economia dos bens simbólicos**. São Paulo: Zouk, 2004.
- BOURDIEU, P. A Escola Conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura. In: NOGUEIRA, M. A.; CATANI, A. (orgs). **Escritos de Educação**. 11 ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2010.
- BOURDIEU, P. **A distinção: crítica social do julgamento**. 2 ed. Porto Alegre: Zouk, 2013.
- BOURDIEU, P.; PASSERON, J-C. **Os Herdeiros: os estudantes e a cultura**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2014.
- CHARLOT, B. A violência nas escolas: como os sociólogos franceses abordam essa questão. **Sociologias**, ano 4, número 8. Porto Alegre, 2002. Disponível em: <www.scielo.com>. Acesso em: 12 de abril de 2014.
- DEBARDIEUX, E. Violência nas escolas: divergências sobre palavras e um desafio político. In: BLAYA, C.; DEBARBIEUX, E. (Orgs.). **Violência nas escolas e políticas públicas**. Brasília: UNESCO, 2002.
- DUBET, F. **O que é uma Escola Justa? a escola das oportunidades**. São Paulo: Cortez, 2004.
- EARP, M. L. Etnografia na sala de aula. *In Olhar de professor*. Ponta Grossa, 11 (1): 23-42, 2008. Disponível em: <http://www.uepg.br/olhardeprofessor>. Acesso em: 08 de outubro de 2013.
- NOGUEIRA, M. A.; NOGUEIRA, C. M. M. A sociologia da educação de Pierre Bourdieu: Limites e Contribuições. **Revista Quatrimestral de Ciência da Educação – Educação & Sociedade**, Campinas, 2002.
- NOGUEIRA, M. A.; CATANI, A. (orgs). **Escritos de Educação**. 11 ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2010.
- PATTO, M. H. **A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1993.
- PINTO, M. C. Estatísticas de desempenho escolar: o lado avesso. **Educação e Sociedade**. Campinas, v.22, n.77, dez. 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v22n77/7052.pdf>. Acesso em: 22 de abril de 2014.

Recebido em 20 de novembro de 2014.

Aceito em 21 de janeiro de 2014.

